

# Reflexões sobre Educação Especial e Inclusiva: das condições estruturais ao papel das histórias em quadrinhos no ensino para estudantes dentro do espectro autista

## Reflections on Special and Inclusive Education: from structural conditions to the role of comic books in teaching students within the autistic spectrum



10.11606/2316-9877.2021.v9i2.187767

**Gabriel Valladares Giesta<sup>1</sup>**

Colégio Pedro II

### Resumo


Faz um levantamento acerca dos desafios na construção de uma escola que contemple a Educação Especial e Inclusiva, propondo caminhos para enfrentar tais dificuldades através dos quadrinhos, com foco em um público da educação especial: estudantes com transtorno do espectro autista (TEA). Para isto, traz uma revisão bibliográfica e de dados sobre educação inclusiva para, afinal, refletir acerca dos quadrinhos na educação de pessoas com TEA, baseado em pesquisas sobre o tema e vivências pedagógicas dos autores.

**Palavras-chave:** Autismo. Histórias em quadrinhos. Educação inclusiva. Educação Especial. Docência.

### Abstract:

It surveys the challenges in building a school that contemplates Special and Inclusive Education, proposing ways to face such difficulties through comics, focusing on a special education audience: students with autism spectrum disorder (ASD). For this, it brings a literature and data review on inclusive education to, afterwards, reflect on comics in the

---

Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Professor de Ensino Médio no Colégio Pedro II, instituição pela qual possui especialização em Ensino de História pelo Programa de Residência Docente (2014). E-mail: [gabrielgiesta@msn.com](mailto:gabrielgiesta@msn.com).  <https://orcid.org/0000-0002-5473-6641>.

education of people with ASD, based on research on this theme and the authors' pedagogical experiences.

**Keywords:** Autism. Comics. Inclusive education. Special education. Teaching.

## Introdução

A educação especial e inclusiva deve ser tema incontornável das reflexões e práticas docentes de todo educador. Contudo, no que tange ao direito a condições mínimas para o atendimento educacional especializado (AEE) e a uma escola que realmente inclua pessoas com necessidades especiais, muitos são os desafios pedagógicos e sociais enfrentados cotidianamente por professores, estudantes e comunidade escolar: estrutura física e de trabalho com condições restritas, salas de recursos multifuncionais inexistentes ou precárias, pouco incentivo para formação docente.

Pensando em enfrentar tais desafios, as histórias em quadrinhos podem ser um excelente meio pedagógico para a construção de projetos educacionais diferenciados, auxiliando professores e estudantes nas múltiplas possibilidades de interação no processo de ensino-aprendizagem (VERGUEIRO, 2014, p. 29). Não seria diferente ao falarmos de educação inclusiva e especial no que tange estudantes que tenham Transtorno do Espectro Autista (TEA): muitas são as possibilidades e experiências pedagógicas que podemos abordar. Contudo, por mais que as histórias em quadrinhos auxiliem docentes a se aproximar da realidade de estudantes e proporcionem linguagens e propostas diferenciadas, por mais que seja importante divulgar planos de atividades, fomentando a formação e agência dos docentes, não podemos dissociar tais reflexões de uma análise das condições estruturais que envolvem a efetividade ou não de uma escola que se pretenda realmente inclusiva. Sendo assim, iniciaremos este artigo com tais questões.

É um grande desafio construir uma Escola em que a diversidade seja respeitada e valorizada ao mesmo tempo em que estudantes tenham iguais condições para participar do processo pedagógico. De acordo com diferentes leituras de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o

percentual de pessoas que têm alguma deficiência e necessidades especiais no Brasil varia de 6% a 23%, aproximadamente<sup>2</sup>. De qualquer forma, é um número relevante e que se reflete nas realidades escolares, as quais precisam se adaptar e buscar dar suporte a estas pessoas (crianças, adolescentes, jovens e adultos) para que possam ter meios de vivência pedagógica que proporcionem o mínimo de igualdade entre todos os estudantes. Objetiva-se, assim, alcançar uma escola que não segregue “normais” de “especiais”, de maneira a reconhecer a diversidade estudantil. Para isto, os desafios são grandes, tendo diferentes perspectivas acerca do assunto.

Por um lado, muitos professores demonstram certo receio em trabalhar com estudantes que tenham necessidades especiais. Tal fato é compreensível, pois as dificuldades são grandes no que envolve tal questão. Em primeiro lugar, a maioria das redes de ensino não disponibiliza estrutura, remuneração e formação para que os docentes se aperfeiçoem em teorias e métodos que tenham uma diretriz de educação inclusiva. Neste ponto, temos nosso segundo problema: em sua grande maioria, as universidades de formação de professores (licenciaturas) não têm disciplinas obrigatórias e aprofundadas que ajudem a embasar futuros membros do magistério para que estejam teórica e metodologicamente preparados para lidar com estudantes autistas, cegos, surdos, com dislexia ou alta dotação, por exemplo. Resta ao professor recém-formado lançar mão de improvisos, em tentativa e erro, na sua prática pedagógica. Muitos ficam angustiados com as dificuldades enfrentadas e chegam a desistir, ou passam a defender projetos pedagógicos que não incluam tais estudantes nas salas de aula regular, pois acreditam que seria “impossível” preparar uma aula que alcance da mesma forma 90% dos estudantes “normais” de uma turma e os 10% com alguma necessidade especial.

Por outro lado, conforme demonstra Pereira (2018), muito se avançou historicamente na construção de uma escola e sociedade baseadas nos preceitos dos direitos humanos. Neste contexto, liberdade, diversidade e igualdade tornaram-se valores basilares que convergem no sentido de catapultar projetos pedagógicos escolares que integrem e não criem segregações, tendo a

---

<sup>2</sup> <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/documentos/cinthia-ministerio-da-saude>. Acesso em 12 ago. 2020.

convivência com a pluralidade como um meio essencial para se construir o ensino-aprendizado em uma perspectiva democrática para todos. Por conseguinte, é reforçada a crítica a qualquer projeto de escola que se diga focado em alunos “normais”, os quais não teriam necessidades subjetivas, pois o que de fato tais perspectivas pedagógicas estão defendendo é o nivelamento e a planificação da diversidade de seus discentes, reprimindo assim a pluralidade existente entre todos os indivíduos.

Nossa proposta aqui é repensar tais referenciais, enfrentando-os a partir de nossas reflexões e experiências sobre a Educação Especial e Inclusiva com estudantes dentro do Espectro Autista, conforme aprofundaremos mais ao final do artigo. Para isto, pensamos que as histórias em quadrinhos podem ter um importante papel, pois

as HQs podem favorecer o trabalho com as atitudes sociais na busca pela inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, nas comunidades, na sociedade em geral, porque embora existam as leis, muito há que ser feito para que o pertencimento dessas pessoas seja maior do que a exclusão. (WELLICHAN; LINO, 2003, p. 49)

Entretanto, as histórias em quadrinhos são apenas recursos ou ferramentas pedagógicas, não sendo a solução mágica para trilhar o difícil caminho de construir escolas que reconheçam as diferenças e que busquem também superar divisões entre “alunos normais X especiais”. O que se sabe, por princípio, é que a solução não é a segregação, mas sim a inclusão em todos os âmbitos de forma integrada – sala de aula, pátio, atividades extra-escolares. Tal integração por si só não é suficiente, pois é preciso fazer muito para construir uma estrutura que possibilite um trabalho que dê mecanismos para que estudantes com necessidades especiais possam acompanhar as atividades de forma isonômica com demais alunos (SONZA et al, 2020).

Entre as várias medidas a serem implementadas para alcançar tal estrutura, podemos citar: investimento em pesquisas e levantamentos sobre estudantes e suas necessidades; coordenação especializada para tal área em

cada escola, de forma que existam profissionais preparados para fazer a orientação e mediação de estudantes, família e comunidade escolar, em geral; preparação de materiais adaptados e de aulas com linguagens e metodologias que incluam também estudantes com necessidades especiais; horário remunerado para professores, incluindo o planejamento; formação continuada para docentes e toda a comunidade escolar de forma a preparar e conscientizar sobre educação inclusiva.

Portanto, é preciso mais do que apenas debater, promover cursos e palestras para professores sobre estudantes com necessidades especiais. Se temos a escola como um projeto pedagógico efetivamente democrático e plural, devemos sempre iniciar tal discussão chamando atenção para o fato de que toda a estrutura escolar deve ser pensada para atender e incluir todas as pessoas em suas subjetividades. Sendo assim, não apenas os estudantes público-alvo da educação Especial (PAEE) que passariam a ser nomeados com esta palavra “especial”, mas a escola e a sociedade como um todo. Para isto, é indispensável pensarmos os espaços que fomentam atendimentos, discussões e metodologias pedagógicas para estudantes com necessidades especiais, espaços de onde se originaram muitas das reflexões e práticas educacionais apresentadas neste artigo tanto em relação à Educação de pessoas com TEA, quanto do papel das histórias em quadrinhos neste processo. Ou seja, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

## **1 - Os desafios que enfrentam as SRM e demais espaços voltados para o atendimento na Educação Especial**

São muitos os desafios de se trabalhar atendendo estudantes que são público-alvo da Educação Especial nas Salas de Recursos Multifuncionais. Em importante estudo, Pasian, Mendes e Cia (2017) fizeram um levantamento junto a profissionais que atuam nestas SRMs, os quais responderam questionários que nos ajudam a elucidar a forma como pensam sua atuação. Mesmo tendo, em sua grande maioria, respondido que acreditam ser valorizados junto à escola, um percentual bem representativo também respondeu que acha insuficientes a

estrutura e formação para professores no que tange ao atendimento a estudantes com necessidades especiais. Como colocamos no início deste texto, a questão da estrutura é primordial de ser debatida.

Por um lado, desde 2008, o Brasil legalmente oficializou que estudantes com necessidades especiais têm direito a estar matriculados nas salas de aula regulares, bem como a ter atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011):

No Brasil, a educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art. 5º). No seu artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2004). No artigo 206, inciso 1, coloca como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (...). Paralelamente a estes documentos, declarações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos (OLIVEIRA, 2004<sup>3</sup>). A Constituição não garante apenas o direito à educação, mas também o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular, já que o ensino fundamental, cuja faixa etária vai dos sete aos 14 anos de idade, é uma etapa considerada obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos 4º e 6º, e pela Constituição, artigo 208 (BRASIL, 2004<sup>4</sup>). (LUIZ *et al.*, 2008, p. 498-499<sup>5</sup>).

Por outro lado, se o direito à matrícula destes estudantes nas classes comuns é garantido, o mesmo não se configura tão claramente quando falamos

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, I. A. *Saberes, imaginários e representações na educação especial*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

<sup>4</sup> BRASIL/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva organizadores. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

<sup>5</sup> LUIZ, F. M. R. *et al.* A inclusão da criança com síndrome de down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.14, n.3, p.497-508, 2008.

de atendimento especializado: muitas escolas não têm ao menos uma sala minimamente estruturada para tal fim ou profissionais com formação para isto. Uma rápida visita a escolas públicas no Brasil pode atestar isto; contudo, à guisa de referência, podemos citar uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Rio de Janeiro, onde o promotor aponta que a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) informou apenas sete Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em todo o território da capital<sup>6</sup>. Além disso, podemos citar um dado mais amplo: de acordo com pesquisa realizada pelo Inep, apenas 26% das escolas do Brasil continha SRM's em 2016 (SAMPAIO, 2016). Algumas redes de ensino sequer têm profissionais especializados para educação especial, como pode ser constatado em Projeto de Lei datado de 2019 que “Autoriza o Poder Executivo a criar as carreiras e a realizar concurso para os cargos de Professor de Atendimento Educacional Especializado, Tradutor e Intérprete de Libras E Profissional de Apoio à Inclusão”<sup>7</sup>. Por fim, as estatísticas mostram que, de 1998 a 2013, houve um aumento de 1337% no número de estudantes com necessidades especiais matriculados em salas regulares, ao passo que, no mesmo período, segundo dados registrados pela extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (PEREIRA, 2018, p. 29), registrou-se apenas 150% de aumento no número de matrículas vinculadas à Educação Especial – isto é, a grande maioria não recebe atendimento especializado.

Além disto, é preciso enfrentar a questão da formação de professores e demais profissionais que irão trabalhar com PAEE. O estudo supracitado de Pasian, Mendes e Cia (2017) aponta que todos os entrevistados consideram a formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como algo importante, contudo destacam que no Brasil há uma grande lacuna em cursos de formação inicial focados no tema. Segundo as autoras, “apenas dois cursos de graduação em educação especial são oferecidos em universidades federais brasileiras (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – e Universidade Federal de Santa Maria – UFSM)” (PASIAN; MENDES;

---

<sup>6</sup>[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/57466/mprj\\_acp\\_ampliacao\\_do\\_numero\\_de\\_salas\\_de\\_recursos\\_multifuncionais\\_na\\_rede\\_estadual\\_de\\_ensino\\_capital.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/57466/mprj_acp_ampliacao_do_numero_de_salas_de_recursos_multifuncionais_na_rede_estadual_de_ensino_capital.pdf). Acesso em 22 ago. 2020.

<sup>7</sup><http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/532b8caa026ca6b28325848800517468?OpenDocument>. Acesso em 22 ago. 2020.



CIA, 2017, p. 970-971). Sendo assim, os profissionais da área são oriundos da pedagogia ou de alguma licenciatura, tendo cursos de pós-graduação na área ou complementam tal formação com cursos de curta duração. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados pelas autoras relatam inseguranças e se sentem sozinhos em suas atividades profissionais.

Apontamos para tal dilema com uma questão que é crucial: a formação de profissionais que atuam com AEE ou que têm estudantes PAEE em suas salas de aula comuns deve ser pensada de forma *ampla, continuada e integrada*. Ou seja, deve ser parte integrante da carga horária de trabalho remunerado e não uma sobrecarga na já estafada jornada dos profissionais de educação. A partir de então, é necessário que se mantenha continuamente não apenas em formato de cursos externos, mas também com a participação de todas as pessoas envolvidas – com destaque para os próprios discentes PAEE, que são os principais envolvidos. Eles podem e devem participar com suas vivências, sentimentos e expectativas, ajudando professores a ajustar suas atividades de forma a ter um melhor aproveitamento. Convergem para estes apontamentos, algumas experiências e projetos (muitos destes pessoais) envolvendo quadrinhos e ensino de pessoas com TEA que merecem nossa atenção mais detida a seguir.

## **2 - Pensando as histórias em quadrinhos no ensino para estudantes autistas como meio para enfrentar as barreiras educacionais na Educação Especial e Inclusiva**

De acordo com Ropoli *et al* (2010, p. 18),

O motivo principal de o AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de



seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola.

Para isto, é importante se conhecer o perfil de cada estudante que participa do AEE, compreendendo o que envolve suas necessidades especiais. Tendo em vista nossa experiência prévia com alunos e projetos envolvidos com o TEA, iremos focar, a partir de agora, neste tema. Antes de tudo, começaremos com uma breve introdução sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista.

O TEA pode ser enquadrado dentro dos Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), pois é identificado como um desenvolvimento atípico em habilidades cognitivas, sociais e comunicativas. De forma mais específica, Rossi (2020, p. 14) descreve que “O TEA é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades.”. Para complementar, trazemos dois importantes referenciais médicos que definem o TEA, citados por um trabalho sobre autismo e artes visuais na educação (FERNANDES *et al.*, 2012) que têm estreita relação com nossas discussões:

Esses transtornos são caracterizados por severos déficits e prejuízo invasivo em múltiplas áreas do desenvolvimento e incluem prejuízo na interação social recíproca, prejuízo na comunicação e a presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipadas. (DSM IV, 2000, p.38<sup>8</sup>)

E para a CID - 10 (Classificação Internacional de Doenças), o Autismo Infantil é um Transtorno Global do Desenvolvimento caracterizado por:

A) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes de três anos, e B) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo, fobias,

---

<sup>8</sup> DSM-IV. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

perturbações de sono ou da alimentação crises de birra ou agressividade. (autoagressividade) F84.0 (CID 10, 1997, p. 367<sup>9</sup>)

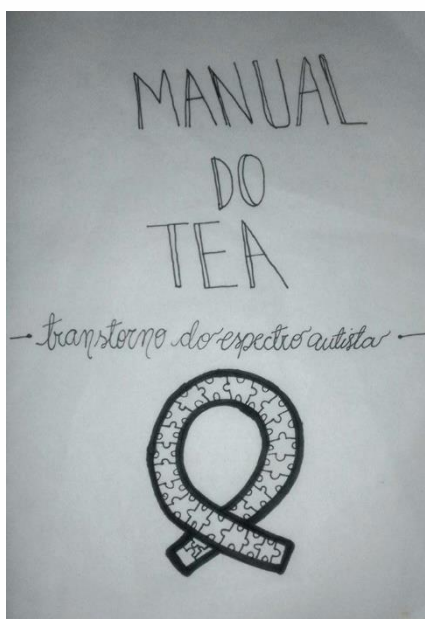
Mesmo tendo estas características gerais, é importante dizer que existem diferentes tipos e graus de autismo, o que torna imprescindível a presença do afeto e de redes de apoio que aproximem escola, estudante e família. Nesta linha, podemos pensar as histórias em quadrinhos para além de recursos pedagógicos lúdicos que se aproximam das linguagens dos jovens, dinamizando o ensino e a comunicação, mas também como um competente meio para aproximar estudantes com autismo e a comunidade escolar em geral. O professor pode propor oficinas de quadrinhos para que os estudantes se comuniquem e usem a linguagem quadrinística como meios de expressar e até de dialogar com pais, professores, funcionários e demais estudantes.

A partir destes apontamentos, podemos apresentar alguns projetos, reflexões e experiências pedagógicas que envolveram pessoas ou o tema do TEA. Um exemplo que segue esta linha é o trabalho de pesquisa realizado pelos estudantes do Colégio Pedro II de Duque de Caxias, Luana e João Victor (SANTOS; NEVES, 2020a), orientado e publicado em livro por Giesta (2020). A partir de uma série de leituras de histórias em quadrinhos sobre autismo (biografias, cartilhas, tiras), os dois se uniram e elaboraram um artigo com um projeto pedagógico sobre autismo e quadrinhos, além do produto final de tal projeto: um fanzine em que João Victor desenhou e expressou seus sentimentos e perspectivas em relação ao fato dele ser uma pessoa com autismo. O título deste trabalho é “Um manual do Transtorno do Espectro Autista: cartilha/fanzine para a sensibilização sobre o tema”. (SANTOS; NEVES, 2020b, figura 1).

---

<sup>9</sup> ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. *CID-10: Classificação de doenças em português*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

Figura 1 – Manual do TEA



Fonte: SANTOS; NEVES, 2020b. Acervo do autor.

João e Luana tinham como objetivo divulgar o material para que professores e comunidade escolar em geral se sensibilizassem sobre o tema, de forma a enfrentar resistências e desinformações que são barreiras para um processo pedagógico inclusivo para estudantes com autismo. Ao fazer isto, estes alunos de Ensino Médio realizaram um trabalho que contempla no mínimo quatro de cinco dos “eixos privilegiados da articulação” entre professores da educação especial e Salas de Recursos Multifuncionais junto à escola em geral, citados por Ropoli *et al.* (2010):

- o estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial;
- a discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar;
- o desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula (...);
- a formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum, como condição da melhoria do atendimento aos alunos em geral e do conhecimento mais detalhado de alguns alunos em especial, por meio do questionamento das diferenças e do que pode promover a exclusão escolar. (ROPOLI *et al.*, 2010, p. 19)

Vamos comentar cada ponto desta citação acima e sua relação com o trabalho de João Victor e Luana com quadrinhos e autismo. Em primeiro lugar, ao trabalharem enquanto estudantes que expressaram os conflitos vividos por um deles na escola e na vida por ser autista, ajudaram a identificar melhor o “problema” que o levou à educação especial. Por conseguinte, fizeram-no de forma propositiva junto às demais instâncias da escola (divulgar o seu trabalho com professores e coordenadores pedagógicos), por meio de um material que pode ser visto como “didático” e que auxilia na “discussão dos planos de AEE”. Por fim, todo o projeto teve como objetivo principal a sensibilização de professores e escola em geral, o que é um aspecto importante para a “formação continuada” no campo da educação. Portanto, todos os pontos tratados na citação de Ropoli et al. (2010) foram contemplados por Luana e João Victor.

Cabe dizer que este trabalho é resultado de um projeto de Iniciação Científica Júnior, em que um dos estudantes teve bolsa, estrutura de tempo e de orientação. Contudo, mesmo em situações em que tais condições não estão presentes, nada impede professores e estudantes de se inspirarem em tal proposta e utilizarem as histórias em quadrinhos como material de aprofundamento, ilustração, debates sobre o autismo ou também como meio de expressão de sentimentos e dificuldades que os estudantes tenham, como, por exemplo, elaborando suas próprias histórias a partir de papéis em branco ou folhas A4 que já tenham nelas os requadros pré-impresos pela escola.

Em outras duas circunstâncias no próprio Colégio Pedro II de Duque de Caxias, dois estudantes diferentes, mas também dentro do TEA, demonstraram interesse em elaborar atividades do tipo que citamos acima. Isto nos levou a reestruturar nosso planejamento, ora incluindo análises de quadrinhos que remontassem aos temas trabalhados em História, ora pensando em formas de elaboração de quadrinhos como meio de expressão. Nestes termos, seguimos a orientação das profissionais responsáveis pelo setor do Colégio conhecido como NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas). Em publicação elaborada pelas mesmas, mostram-nos que a educação inclusiva e especial deve se atentar para a:

construção de propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, sequenciamento de conteúdos e adequação aos diversos ritmos de aprendizagem, utilização de metodologias diversificadas e motivadoras e avaliações processuais e os professores apresentam grande importância nesse processo. (CARVALHO; RODRIGUES; LINHARES, 2019)

Com o objetivo de contribuir para isto, podemos citar alguns materiais que já foram publicados e merecem ser conferidos por docentes e discentes que queiram trabalhar com histórias em quadrinho e autismo na educação. Ao falar sobre o ensino de História, Palhares (2008) defende que os quadrinhos podem ser utilizados de duas formas: a primeira como uma mídia que comunica a pesquisa de uma pessoa sobre um determinado tema e a segunda como uma ferramenta através da qual pode-se interpretar o passado. Como prioridade, começaremos dando luz a quadrinhos que se enquadram na primeira categoria descrita por Palhares (2008), pois se propõe como meio de comunicação para informar sobre o tema.

Complementarmente, assim como dizem Alcântara e Mendonça (2019) em relação ao ensino superior, defendemos a mesma ideia para o ensino básico: os quadrinhos podem se apresentar como materiais científicos para se consultar temas, por exemplo, como o autismo, tendo em vista que muitos se baseiam em pesquisas, fontes e profissionais com referências. Em termos mais diretos, temos cartilhas como as produzidas por Ziraldo et al (2013, figura 2) e pela Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (GOMES *et al*, 2010, figura 3). Por outro lado, em muitas *graphic novels* encontramos tais características de pesquisa referenciada somadas ainda com a perspectiva e história pessoal do artista que a produziu. É o caso de *A diferença Invisível* (DACHEZ, 2017, figura 4) e *Relatos Azuis* (PACHECO, 2016, figura 5), autobiografias que relatam a experiência de artistas autistas (no último caso, de seu filho também) e que acrescentam em tais narrativas gráficas o produto das pesquisas que fizeram sobre o assunto. Além dos trabalhos citados, vale também a pena conferir o livro *Fala, María*, em que o mexicano BEF (FÉRNANDEZ, 2020, figura 6) conta a história de sua filha diagnosticada com autismo.

Figuras 2 a 6 – Algumas cartilhas quadrinizadas e *graphic novels* sobre o tema autismo



Fonte: Acervo do autor



Para além de meios de informação sobre autismo, estas histórias podem e devem ser vistas como ferramentas de sensibilização sobre o tema, de incentivo à representatividade de pessoas com TEA e de fomento para que muitos se identifiquem. Desta forma, para além de fomentar o respeito à diversidade na escola, podem até mesmo incentivar autistas a contar e ter orgulho de suas próprias experiências. Assim o fizeram Nori e sua mãe Sônia (NINOMIYA, 2019). Orientados pelo quadrinista Caeto em seu curso de desenho, Sônia faz um relato em quadrinhos de sua vida como mãe de Nori, um autista que desenha a obra e ainda roteiriza um capítulo especial onde conta sua história a partir de sua perspectiva.

Da mesma forma que o fez Caeto com Nori e Sônia, outros docentes também podem trabalhar com seus alunos em sala de aula, autistas ou não, incentivando-os a contar suas histórias através de suas próprias histórias em quadrinhos. Não é preciso ser um grande artista para isto: basta ter uma folha com quadros dispostos em uma determinada ordem e o estímulo para se contar uma história; pode-se também lançar mão de suportes tecnológicos para a produção das narrativas em quadrinhos. Neste sentido, uma experiência bem sucedida nessa linha, com estudantes autistas, pode ser conferida em Piconi e Tanaka (2003). O professor deve deixar claro aos estudantes que uma hipotética limitação técnica de desenho não pode ser empecilho para a produção de quadrinhos – é a história que importa!

## **Conclusão**

Sendo assim, inicialmente observamos que muitos são os desafios e dificuldades enfrentados na luta pela educação especial e inclusiva. Vimos o quão seria injusto e insuficiente falar apenas de formação continuada na área para professores, tendo em vista que mínimas condições estruturais não estão presentes em muitas redes de ensino e escolas. Por este exato motivo, iniciamos o presente artigo tendo tal debate como prioritário, pois só a partir dele que poderemos pensar em educação realmente inclusiva. Contudo, enquanto tais



desafios ainda não forem superados, podemos refletir sobre propostas de abordagens que podem proporcionar meios que auxiliem docentes e discentes a lidarem com questões que envolvem a educação especial e inclusiva, como é o caso do autismo.

Nestes termos, todas as histórias em quadrinhos citadas neste artigo são excelentes materiais que podem ser utilizados em salas de aulas e com estudantes autistas de diversas formas: através de leituras integrais ou de trechos, recortes, montagens, como exemplos de biografias em geral ou como ilustração para informações específicas sobre TEA, meios para que os estudantes se expressem. De qualquer maneira, desde os trabalhos de dos Santos e Neves (2020) até o livro de Ninomiya (2019) são exemplos de que os quadrinhos podem trazer mais sensibilidade, empatia e pluralidade para o ambiente escolar – fatores primordiais para se começar o enfrentamento às barreiras que a educação especial e inclusiva enfrenta no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Cláudia Sales; MENDONÇA, Emiliana Pereira. HQs, Educação e Arquitetura: um diálogo possível. *9ª Arte*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 39-49, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9877.v8i1p39-49>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n. 7.611. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 17 nov. de 2011.

CARVALHO, Natasha de; RODRIGUES, Quézia; LINHARES, Taiane. Práticas educativas para inclusão de alunos com TEA no Ensino Médio regular. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 6º, 2019. *Anais*. Fortaleza: 2019. v. 1.

DACHEZ, Julie. *A diferença invisível*. São Paulo: Nemo, 2017.

FERNANDES, L. B.; MOSQUERA, C.; TEIXEIRA, R. M. M.; SCHLESENER, A. H. Ensino de arte e autismo: um relato de extensão. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 5, p. 34-63, 2012.

FÉRNANDEZ, Bernardo. *Fala, María*: um romance gráfico sobre o autismo. São José: Skript Editora, 2020.

GIESTA, Gabriel Valladares (Org.). *História em quadrinhos*: projetos pedagógicos para o Ensino Médio. Niterói, 2020.

GOMES, Claudio *et al.* *O capitão AVAPE contra o fantasma do autismo: a descoberta - parte 1*. S.l: s.n., 2010.

NINOMIYA, Masanori. *Nori e eu*. Masanori Ninomiya, Sonia Ninomiya. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

PACHECO, Fulvio. *Relatos Azuis*. Curitiba: Ursereia Estudio e Editora, 2016.

PALHARES. Marjory Cristiane. História em quadrinhos: uma ferramenta pedagógica para o ensino de História. *Dia a Dia Educação – Governo do Paraná*, p. 1-20, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>. Acesso em 06 fev. 2021.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 964-981, set. 2017.

PEREIRA, Cláudio Alves. *Educação Especial, Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado*. Arcos: Instituto Federal de Minas Gerais, 2018.

PICONI, Andressa Cristiani; TANAKA, Eduardo Hideki. A construção de histórias em quadrinhos eletrônicas por alunos autistas. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – SBIE*, 2003, p. 385-394. Disponível em: <http://www.nce.ufri.br/sbie2003/publicacoes/paper41.pdf>. Acesso em 27 maio 2021.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ROSSI, Claudia Maria Soares. *Transtornos globais de desenvolvimento e específicos de aprendizagem*. Arcos: Instituto Federal de Minas Gerais, 2020.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. *Estatísticas da Educação Especial no Brasil*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/ce/documentos-1/apresentacoes-de-audiencias-e-seminarios/carlos-morenoinep>. Acesso em 28 ago. 2020.

SANTOS, Luana Ferreira dos; NEVES, João Victor Pereira Barcelos. Projeto de Criação de Cartilha de Sensibilização para Professores sobre a Temática do Autismo. *In: GUESTA, Gabriel Valladares (Org.). História em quadrinhos: projetos pedagógicos para o Ensino Médio*. Niterói, 2020. p. 23-61..(a)

SANTOS, Luana Ferreira; NEVES, João Victor Pereira Barcelos. Um manual do Transtorno do Espectro Autista – cartilha/fanzine para a sensibilização sobre o tema. *In: GUESTA, Gabriel Valladares (Org.). História em Quadrinhos: Projetos Pedagógicos para o Ensino Médio*. Niterói, 2020. p. 62-79 (b)

SONZA, Andréa Poletto *et al* (Org.). *Afirmar: a inclusão e as diversidades no IFRS : ações e reflexões*. Bento Gonçalves : IFRS, 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das Hqs no Ensino. *In: RAMA, Ângela; Vergueiro, Waldomiro (Org.). Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.

WELLICHAN, D.S.P.; LINO, C. C. T. S. A inclusão que está nos quadrinhos: como os personagens podem divertir e ensinar sobre as pessoas com deficiência. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, v. 21, p. 44-61, 2019.

ZIRALDO; LUIS GUSTAVO; MENDES, Miguel; MARCO; FERREIRA, Fábio. *Autismo: uma realidade*. São Paulo: Megatério estúdio, 2013.